

Práticas pedagógicas na perspectiva da cultura afro-brasileira no curso de Licenciatura em Pedagogia no Câmpus de Arraias-TO

Pedagogical practices from the perspective of Afro-Brazilian culture in the Pedagogy Degree course at the Campus of Arraias-TO

DOI:10.34117/bjdv7n4-448

Recebimento dos originais: 16/03/2021

Aceitação para publicação: 16/04/2021

Kauê Vargas Furtunato

Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana pela Universidade Federal do Tocantins

Universidade Federal do Tocantins

Rua 01, Quadra Q, lote 12 A, Bairro Arnaldo Prieto - Arraias/TO,

E-mail: vargaskau@gmail.com

Sandra Regina Evangelista Araújo

Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes

Universidade Federal do Tocantins

Rua Coronel Joaquim Alves Teixeira, Centro - Arraias/TO,

E-mail: sandrare@uft.edu.br

Nivia Rodriguez de Queiróz

Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Prominas

Universidade Federal do Tocantins

Rua 05 B, Parque das Colinas – Arraias/TO,

E-mail: Niviadez@uft.edu.br

Inara Maria da Silva Cunha

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Internacional do Delta

Universidade Estadual Coronel Raimundo Ribeiro Franco

Rua Vereador Zeca Neris, nº46, Centro – Caxingó/PI,

E-mail: Inara.phb@gmail.com

Michelle Costa de Abreu

Especialista em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes

Universidade Federal do Tocantins

Rua 18, Qd. 44, lote 10, s/nº, Setor Norte – Taguatinga/TO,

E-mail: michelleabreu@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre a efetividade das políticas públicas voltadas à cultura Afro-brasileira, de que trata a Lei nº 11.645/08, vivenciadas no Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus de Arraias, da Universidade Federal do Tocantins. Nos procedimentos metodológicos propostos optamos pela pesquisa qualitativa, delimitamos o campo da pesquisa, universo e amostra e classificação. Verificamos a existência de práticas pedagógicas que visam efetivar os objetivos da Lei mencionada, bem como o déficit de ações necessárias para sua efetividade.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, Cultura Afro-brasileira, Lei 11.645/08, Campus de Arraias.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the effectiveness of public policies aimed at Afro-Brazilian culture, which Law No. 11,645 / 08 deals with, experienced in the Pedagogy Degree Course at the Arraias Campus, at the Federal University of Tocantins. In the proposed methodological procedures, we opted for qualitative research, delimiting the field of research, universe and sample and classification. We verified the existence of pedagogical practices that aim to effect the objectives of the mentioned Law, as well as the deficit of actions necessary for its effectiveness.

Keywords: Pedagogical practices, Afro-Brazilian culture, Law 11.645 / 08, Arraias Campus.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma breve apresentação do Curso de Pedagogia no Campus de Arraias quanto às políticas públicas voltadas para a população afro descendente no Brasil de que trata a Lei 11.645/08 que versa sobre a obrigatoriedade de ofertas das disciplinas História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio. A pesquisa busca responder a questão-problema: As práticas pedagógicas voltadas à cultura afro-brasileira vivenciadas no Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus de Arraias capacitam os alunos para efetivar os objetivos da Lei 11.645/08 quando se tornarem professores? Como objetivo específico definiu-se: Compreender se as práticas pedagógicas voltadas à cultura afro-brasileira vivenciadas no Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus de Arraias habilitam os estudantes para efetivar os objetivos da Lei 11.645/08 quando se tornarem professores.

2 CURSO DE PEDAGOGIA EM ARRAIAS

Para possuir a estruturação de hoje, nas últimas décadas, os cursos de pedagogia passaram por inúmeras transformações. Em seu trabalho, Cruz, 2011 *apud* Barreto, 2015, p. 09, apresenta vários marcos referentes à história desse curso a fim de deixar clara a trajetória

do seu desenvolvimento no país. Seu objetivo é apresentar alguns acontecimentos que contribuíram significativamente para o progresso e evolução do curso. A autora divide essa trajetória em quatro marcos que veremos adiante.

Uma das principais transformações ocorreu no ano em 1968, que trouxe mudanças significativas para o curso de pedagogia. Nessa ocasião o curso passou a ser considerado como um campo de estudos da área de educação e foi dividido em habilitações técnicas, proporcionando uma formação voltada aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração e orientação escolar. Também foram inseridas disciplinas que passaram a ser consideradas obrigatórias, como a didática, que era ofertada à parte para os pedagogos que desejassem obter licenças para o magistério.

O primeiro marco mencionado pela autora foi a promulgação do Decreto-Lei n. 1.190/39, criando o curso de Pedagogia, ao organizar a Faculdade Nacional de Filosofia com a finalidade de:

- Preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica;
- Preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- Realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de ensino.

Nesse momento a formação era dividida em bacharelado e licenciatura, cujo intuito era fazer com que os pedagogos bacharéis ocupassem os cargos técnicos em educação do executivo federal, e os licenciados pudessem lecionar nas escolas normais, instituições responsáveis pela formação de professores primários.

A aprovação do parecer CFE 251/62, mantendo a mesma estrutura com bacharelado e licenciatura, foi considerado o segundo marco. Nesse parecer foi estabelecido um novo currículo mínimo e nova duração para o curso.

Já aprovação do parecer CFE 252/69, que veio acompanhado da resolução CFE n. 2/1969, institui o terceiro marco. Nessa circunstância novamente foi instituído um currículo mínimo e um novo período de duração para o curso.

O quarto marco se sustentou com a resolução CNE n. 1, de 10/4/2006, que fixou diretrizes curriculares, inaugurando nova fase para o curso no que diz respeito à formação dos profissionais da educação. O pedagogo passa, então, a assumir o perfil de um profissional capacitado para atuar no ensino, na organização e na gestão do trabalho pedagógico em diferentes contextos educacionais.

As modificações que ocorrem a partir do quarto marco, com a resolução CNE n.

1, de 10/04/2006, no qual foram fixadas diretrizes curriculares, alteraram o paradigma e possibilitaram uma nova estruturação do curso, que permanece até os dias atuais, permitindo que o mesmo habilite pessoas a atuar em diversas áreas voltada para a educação, como na docência, gestão, formação e, principalmente, na difusão do conhecimento nos espaços escolares e não escolares. A difusão do conhecimento é uma das grandes responsabilidades dos pedagogos que, direta e indiretamente, estão atuando na formação de novos sujeitos pensantes, algo que agrega muita responsabilidade a esse profissional.

Atualmente existe uma grande quantidade de cursos de Pedagogia espalhados pelas universidades de todo o Brasil, cada um com suas particularidades e maneiras de promover a formação dos futuros professores da fase inicial da educação básica.

A Universidade Federal do Tocantins oferece esse curso na cidade de Palmas, Tocantinópolis, Miracema e Arraias. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia em Arraias, o curso foi criado no final do ano de 1990. Em 15 de março de 1991 foram iniciadas as atividades pedagógicas e em 1992 teve a sua estrutura curricular aprovada pelo Conselho Estadual do Tocantins. O Câmpus Universitário de Arraias, então criado como Centro de Extensão, atendia, como os demais, a formação de profissionais para atender a demanda estadual em melhoria dos níveis educacionais. Inicialmente foi estabelecido apenas como curso de Pedagogia e somente em 1995 instituiu-se o referido curso com habilitação para a administração escolar.

Atende uma região de abrangência direta de 28.291 km², com cerca de 17.400 habitantes, tendo sua área de influência num raio de 200 km com os municípios do Estado do Tocantins: Paranã (125 km), Combinado (59 km), Ponte Alta do Bom Jesus (173 km), Taguatinga (129 km), Conceição do Tocantins (100 km) e Dianópolis (160 km); além de abranger o nordeste goiano e sudeste baiano. Em 17 de julho de 2002, através de um acordo firmado entre a recém-criada UFT, o Estado do Tocantins e a UNITINS, o processo de federalização é efetivado e o Câmpus de Arraias passa então a integrar a UFT.

Ainda de acordo com o PPP do curso de Pedagogia, o objetivo do curso em Arraias é “formar o licenciado em Pedagogia a partir do objeto próprio de estudo da área, fundamentado na docência que compreende o ensino, a gestão, a formação e a difusão do conhecimento nos espaços escolares e não-escolares” (PPP, 2007, p.11).

O currículo do Curso está estruturado com base na Resolução CNE/CP N°01 de 15 de maio de 2006, cuja organização está constituída em três núcleos: Estudos Básicos, Aprofundamento e Diversificação de Estudos, Atividades Integradoras e

complementares. O tempo mínimo de sua duração é de 9 (nove) semestres para integralização da carga horária de 3.405 horas.

O curso de Pedagogia prevê, além do conjunto dos elementos teóricos obrigatórios presentes nos eixos estruturadores dos cursos, as atividades complementares, com carga horária de 105 horas, de caráter obrigatório e que integram o conjunto dos componentes obrigatórios para a formação dos acadêmicos. O curso contempla as seguintes disciplinas: Leitura e Produção de Texto; Introdução à Pedagogia; Sociologia da Educação; Teorias Pedagógicas; História da Educação Brasileira; Psicologia da Aprendizagem, Introdução à Filosofia; Filosofia da Educação; Antropologia e Educação; Didática; Educação de Jovens e Adultos; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia; Fundamentos e Metodologia do Ensino de História; Fundamentos da Educação Infantil e anos iniciais; Metodologia da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Linguagem; Alfabetização e Letramento; Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas em Educação; Planejamento e Gestão da Educação; Organização do Trabalho Pedagógico; Teorias do Currículo; Avaliação da Educação Básica; Projeto de Estágio; Estágio da Educação Infantil (creche e pré-escola); Estágio dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Projeto de TCC; TCC; Seminário de Pesquisa; Seminário de Pesquisa II; Seminário de Pesquisa III; Educação Especial; Educação não-escolar; Sociedade, Cultura e Educação; Psicologia do Desenvolvimento; Infância; Cultura e Sociedade; Fundamentos e Metodologias do Ensino da Arte e do Movimento; Ética e Educação; Arte e Educação; Educação e Tecnologias; Educação Ambiental; Educação e Movimentos Sociais; Diversidade Cultural; Educação Rural; Literatura Infanto-Juvenil; Educação a Distância; Psicologia do Desenvolvimento; Tópicos Especiais I, Tópicos Especiais II, e a disciplina de Educação e Cultura Afro-brasileira, incluída nas diretrizes curriculares nacionais como cumprimento da Lei 10.639/03, que altera a Lei 9.394/96, para tornar obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro brasileira na Educação Básica.

Segundo a Ementa do curso, a disciplina de Educação e Cultura Afro-brasileira conta com uma carga horária de 60 horas/aula, tendo como objetivo “contribuir com a valorização da presença africana na formação da identidade nacional. O prefeito da cidade mencionou esta iniciativa vai gerar uma mudança de mentalidade, de comportamento e de pequenos gestos cotidianos capazes de influenciar a história de um povo. Ao implantar essa lei, a sociedade passa a ser convidada a olhar para a própria história, a reconhecer os

erros e lacunas do passado e o tamanho do prejuízo que isso causa no presente”.

Dentre as atividades complementares podem ser destacadas palestras, publicações, projetos de portadores de necessidades educacionais especiais, o indígena e os afro descendentes.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO BRASIL

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por um contexto onde o debate era mobilizado pela questão da existência ou não da discriminação racial no país. Somente a partir de meados dos anos 90 é reconhecida a injustificável desigualdade racial, e a discussão passa a se concentrar nas iniciativas necessárias, em termos da ação pública, para o enfrentamento das desigualdades sofridas pela população afro descendente.

Mas é, sobretudo, pela progressiva mobilização e atuação do movimento Negro e de sua crescente presença no espaço público, apresentando demandas e debatendo a necessidade de formulação de políticas públicas específicas e setoriais, que se deve essa mudança. Uma primeira geração dessas políticas aconteceu em 1980, com o surgimento em vários estados e municípios do país, conselhos e órgãos de assessoria visando promover a participação da população negra. No final da década de 1980, consolida-se uma segunda geração de políticas, que tiveram por objetivo intensificar o combate à discriminação e ao racismo por meio de sua criminalização. Foi nesse sentido que a Constituição de 1988, acolhendo as demandas do Movimento Negro, classificou o racismo, até então enquadrado como contravenção no ordenamento jurídico brasileiro, como crime inafiançável e imprescritível.

Em meados da década de 1990, pode-se identificar o surgimento de uma terceira geração de políticas, tendo como objetivo o combate à discriminação racial. Tendo início o debate sobre ações afirmativas e sobre o racismo institucional, e um conjunto de iniciativas tomam corpo. Com escassos resultados, entre 2001 e 2002, alguns ministérios criam programas de ações afirmativas, visando beneficiar a população negra como público-alvo de suas ações e/ou promover o ingresso de trabalhadores negros em seu quadro funcional. A partir também de 2001, as universidades públicas começam a adotar sistemas de ações afirmativas, por meio da implementação de sistemas de cotas ou bonificações visando promover o ingresso de estudantes negros em seus cursos. Outra importante iniciativa foi a aprovação da lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão no currículo do Ensino Básico do estudo da História e da

Cultura Afro-Brasileira, pretendendo preencher uma lacuna na formação dos estudantes, assim como promover um maior conhecimento sobre a sociedade brasileira e suas raízes. A Lei tem ainda como objetivo contribuir para eliminar preconceitos e a reprodução de valores racistas, promovendo maior conhecimento e valorização da diversidade. Contudo, a valorização da lei tem sido prejudicada principalmente devido ao reduzido número de especialistas em história e cultura africanas existentes no Brasil.

São poucos os professores capacitados, inclusive em decorrência do limitado número de cursos de graduação em História, que incluem formação em História da África. Além dessas dificuldades outras têm sido encontradas.

Algumas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, e secretarias estaduais e municipais de educação ofereceram resistência à incorporação desses estudos, obrigando o Ministério Público, sob demanda de entidades do Movimento Negro, a adotar medidas para exigir o cumprimento da referida Lei. Não há dúvidas de que essas resistências apontam não somente a ausência de uma normalização sobre os critérios e conteúdos necessários à implementação da Lei, assim como a disponibilidade de material didático para uso nos cursos de capacitação e em sala de aula. (THEODORO, 2008, p.153)

Apesar das dificuldades, essa é uma experiência importante, cujas lições podem abrir novos caminhos para o trabalho com os temas do preconceito, da cultura afro-brasileira e do racismo em sala de aula, através de práticas pedagógicas que estimulem os alunos sobre a necessidade do enfrentamento da desigualdade racial, bem como o reconhecimento da importância da cultura afro-brasileira e dos afro descendentes para a formação do Brasil.

4 LEI 11.645/08

A lei 11.645/08 foi aprovada com o objetivo de acrescentar a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Indígena na Educação Básica, complementando assim a Lei 10.639/03, que obriga o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira. Elas objetivam a produção e a divulgação de conhecimentos, atitudes e valores que eduquem os cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, ao respeito aos direitos de todos, à valorização da identidade e à consolidação de uma nação democrática, bem como ao reconhecimento e à valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias e asiáticas, minimizando assim, as desigualdades e injustiças sofridas pelo povo negro ao longo da história.

5 METODOLOGIA

O campo metodologia foi dividido em delimitação do campo da pesquisa, universo e amostra e classificação. O intuito dessa divisão é apresentar claramente em qual local foi realizada a pesquisa e o método de investigação que foi utilizado para se atingir o objetivo do estudo.

5.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com os alunos do 7º período do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Universitário de Arraias, que já percorrem aproximadamente 70% da carga horária de disciplinas obrigatórias do curso.

5.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo de uma pesquisa é o número total de indivíduos que podem ser analisados. Assim, de um total de 27 alunos obtivemos resposta aos questionários de 13 alunos. Portanto, a amostra da pesquisa consiste em aproximadamente 48% do total de alunos.

5.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa. São muitas as interpretações que se tem dado à expressão pesquisa qualitativa. Entre as mais diversas, segundo Oliveira (2008, p. 37), “é um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objetivo de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. O processo envolve observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentado de forma descritiva.

5.4 ETAPAS DA PESQUISA

5.4.1 Revisão de Literatura

O processo de revisão de literatura se pautou na análise de materiais bibliográficos sobre a temática envolvida no problema da pesquisa. Como fontes de informação utilizamos livros, artigos científicos, leis, dicionários, sites governamentais e matérias institucionais da Universidade Federal do Tocantins.

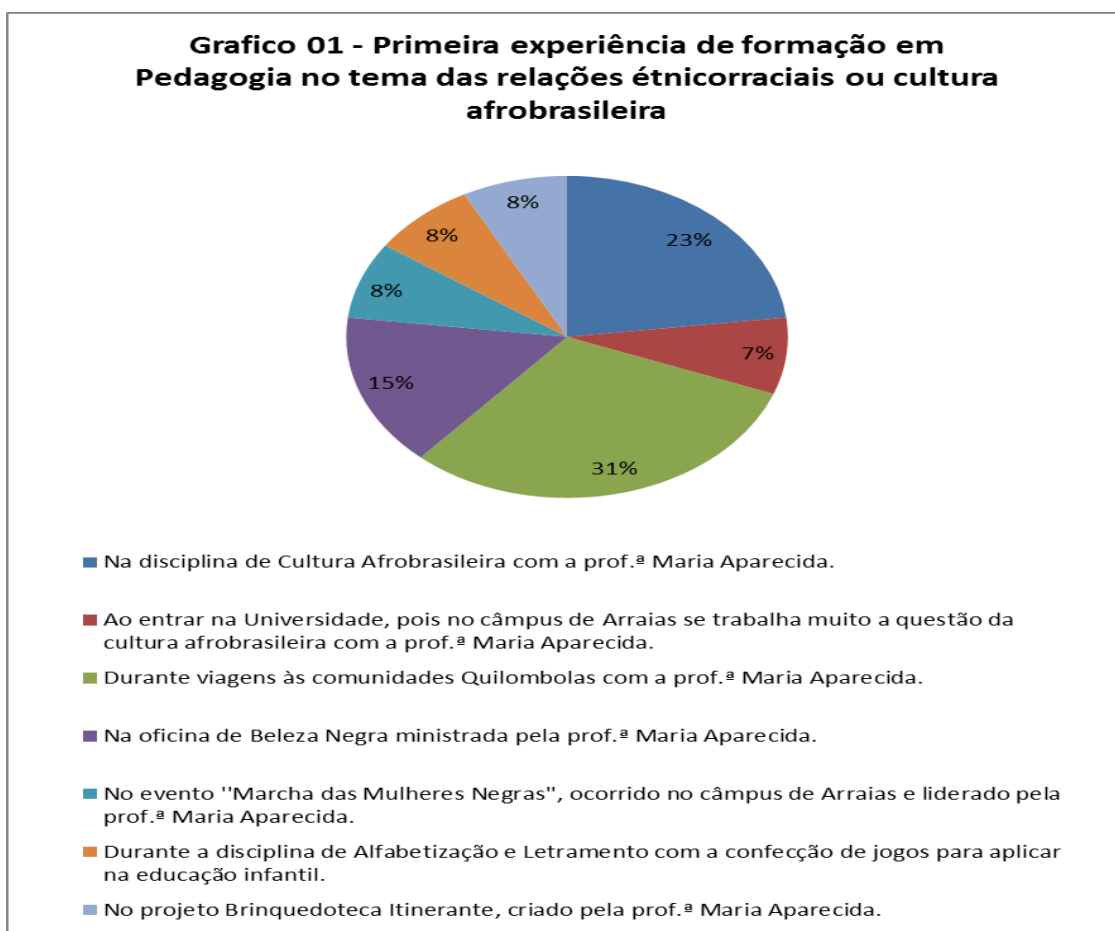
5.4.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários aos alunos selecionados para participar da pesquisa.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Optamos por utilizar os gráficos para apresentar os dados obtidos na pesquisa através da aplicação de questionários.

O gráfico a seguir apresenta as primeiras experiências de formação em Pedagogia, no tema das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira, descritas e vivenciadas por 13 alunos do 7º período que responderam ao questionário.

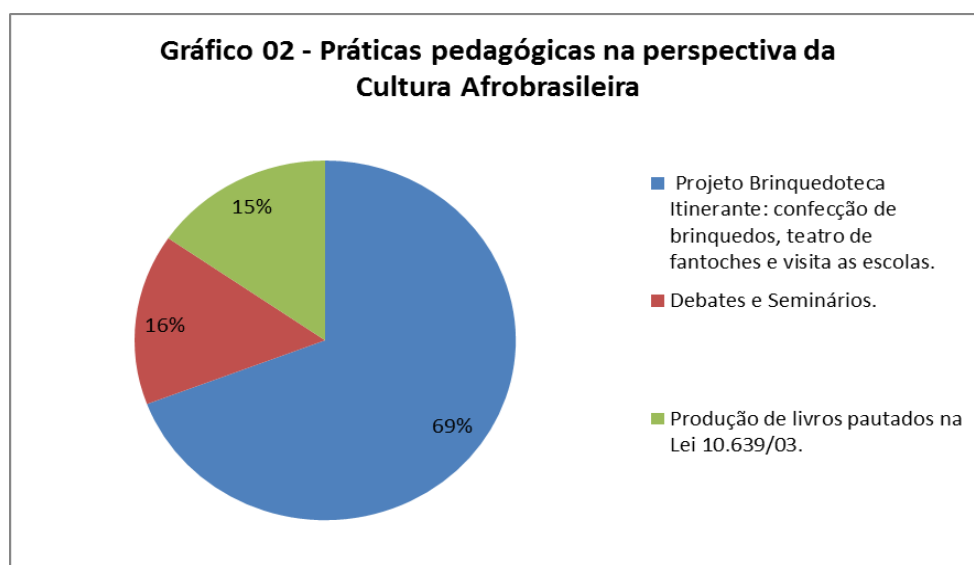


Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

O gráfico 1 mostra como foram as primeiras experiências de formação em Pedagogia, no tema das relações étnico-raciais ou cultura afro-brasileira, vivenciadas pelos alunos do 7º período. Dessa forma, 31% dos alunos responderam que a suas primeiras experiências foram nas viagens às comunidades quilombolas; 23% não descreveram quais experiências, apenas disseram que foram vivenciadas na disciplina de Cultura Afro-brasileira; 18% responderam que a sua primeira experiência foi a oficina de beleza negra, enquanto na quarta colocação, com 8%, se mantiveram outras três experiências, e na última colocação, com 7%, não descreveram quais experiências, apenas disseram que foram vivenciadas ao adentrar na Universidade. O gráfico mostra também que as atividades vivenciadas foram desenvolvidas pela mesma professora, Maria

Aparecida, demonstrando assim que o curso de Pedagogia em Arraias desenvolve práticas com o objetivo de capacitar os futuros professores para a efetivação da Lei 11.645/08 na sala de aula. Porém, demonstra que a quantidade de atividades desenvolvidas não é a ideal para a efetiva capacitação dos alunos quanto à referida lei, haja vista que a conscientização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira requerem um trabalho maior por parte da Universidade, no tocante à formação dos futuros professores para lidarem com o tema em sala de aula.

O Gráfico abaixo apresenta as práticas pedagógicas de 2015 para cá, na perspectiva da cultura afro-brasileira, realizadas pelos alunos do 7º período junto a projetos de disciplina e de extensão em escolas de educação infantil e anos iniciais.



Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

O gráfico 2 mostra como se deram as práticas pedagógicas de 2015 para cá, na perspectiva da cultura afro-brasileira, realizadas pelos alunos do 7º período junto a projetos de disciplina e de extensão em escolas de educação infantil e anos iniciais. Sendo assim, 69% dos alunos responderam que a prática realizada foi o Projeto Brinquedoteca Itinerante, enquanto 16% citaram os debates e seminários, e na última colocação, com 15%, responderam que a prática realizada foi a produção de livros pautados na Lei 10.639/08. O gráfico mostra também que as práticas realizadas estão aquém do necessário para a capacitação dos alunos como futuros professores já que terão a grande responsabilidade de conscientizar os alunos das séries iniciais sobre a valorização e importância da cultura afro-brasileira e das relações étnico-raciais.

O Gráfico a seguir apresenta a importância das práticas pedagógicas realizadas para a formação dos alunos em Pedagogia e para a discussão da temática afro-brasileira

nas escolas da educação infantil e anos iniciais.



Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

O gráfico 3 mostra a importância das práticas realizadas, na opinião dos alunos, para a sua formação em Pedagogia e para a discussão da temática afro-brasileira nas escolas da educação infantil e anos iniciais. Assim, 23% dos alunos responderam que as práticas realizadas proporcionam uma diferente visão do meio social e a aceitação das crianças quanto a sua identidade; 15% responderam que a importância dessas atividades é aprender a lidar com as diferenças, enquanto outros 8% responderam que a importância está na valorização das crianças afro-brasileiras, respeito à cultura durante a transmissão do saber e trabalhar a inclusão na sala de aula, entre outras. 7% dos alunos responderam que a importância de tais práticas está na construção de conhecimentos e na diminuição do preconceito nas escolas e na sociedade. O gráfico mostra também que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo curso de Pedagogia em Arraias contribuem de certa forma para a efetivação da Lei 11.645/08, mesmo que distante do necessário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto pelos gráficos é perceptível que existe um trabalho voltado para a formação dos alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus de Arraias em relação à temática proposta no trabalho. Os alunos pesquisados mostram que em algumas disciplinas são promovidas ações para torná-los aptos a trabalhar com essa temática e conhecer um pouco mais sobre a cultura afro-brasileira. Ao analisar os gráficos é possível identificar essas ações, bem como o *déficit* de ações e atividades para promover uma formação consolidada desses alunos, haja vista que ações isoladas não geram grande impacto na formação.

Sobretudo, neste momento, podemos concluir que as práticas pedagógicas voltadas à cultura afro-brasileira vivenciadas no Curso de Licenciatura em Pedagogia no Campus de Arraias não dão subsídios para afirmar que elas são suficientes para garantir uma formação completa para os alunos, ao ponto de torná-los capazes de desenvolver com qualidade várias atividades e ações com o intuito de efetivar os objetivos da Lei 11.645/08 quando se tornarem professores.

Essa pesquisa abre um grande caminho para o desenvolvimento de outras pesquisas, no intuito de aprimorar a capacitação dos alunos em relação à temática cultura afro-brasileira, que é essencial na região.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.sinpro.org.br/arquivos/afro/diretrizes_relacoes_etnico-raciais.pdf> Acesso em: 28 de out. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

CRUZ, Giseli Barreto da. **Cursos de pedagogia no Brasil**: história e formação com pedagogos primordiais. Rio de Janeiro: Wak editora, 2011, 218p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia qualitativa e quantitativa. In:_____. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 269-291.

Oliveira, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Theodoro, M. et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/medh2/arquivos/Livro_desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Político-Pedagógico Curso de Pedagogia Campus de Arraias**. Arraias - to, 2007. 109 p